

Senadores ganham carros

■ São 87 automóveis de alto luxo, que saíram por R\$ 1,96 milhão, em compra que contraria a Lei de Diretrizes Orçamentárias

GUSTAVO KRIEGER

BRASÍLIA — O Senado gastou R\$ 1,96 milhão para comprar 87 carros de representação para os 81 senadores, em negócio concluído na sexta-feira passada. Os parlamentares poderão optar entre 43 automóveis modelo Vectra GLS e 44 veículos Tempra 2.0, de quatro portas, todos de luxo.

O deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) denuncia que a compra dos carros é ilegal. "A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é clara e só permite a compra de carros de representação para o presidente e o vice-presidente da República, os ministros e os presidentes da Câmara e do Senado", afirma.

"Serviço" — Para contornar o voto legal, o Congresso comprou os veículos com a verba destinada a manter o "funcionamento do Senado". A mesa diretora do Senado argumenta que os carros não são de representação, e sim parte de sua frota de veículos "de serviço". Segundo a versão oficial, eles se destinam a substituir os antigos automóveis Opala, "com mais de cinco anos de uso, em precário estado de conservação e ameaçando a segurança dos usuários".

A nota de empenho da compra dos 44 automóveis Fiat Tempra deixa claro, no entanto, que eles são "destinados ao uso dos gabinetes dos Senadores". Na prática, cada senador conta com um destes veículos, dirigido por motorista do Senado, com direito a 30 litros de gasolina por mês.

Os veículos foram comprados diretamente das fábricas, em con-

corrências públicas organizadas pelo Senado. O primeiro lote — dos automóveis Vectra —, foi adquirido em dezembro do ano passado e pago no dia 7 de março. O segundo lote — dos Tempras — foi pago na sexta-feira.

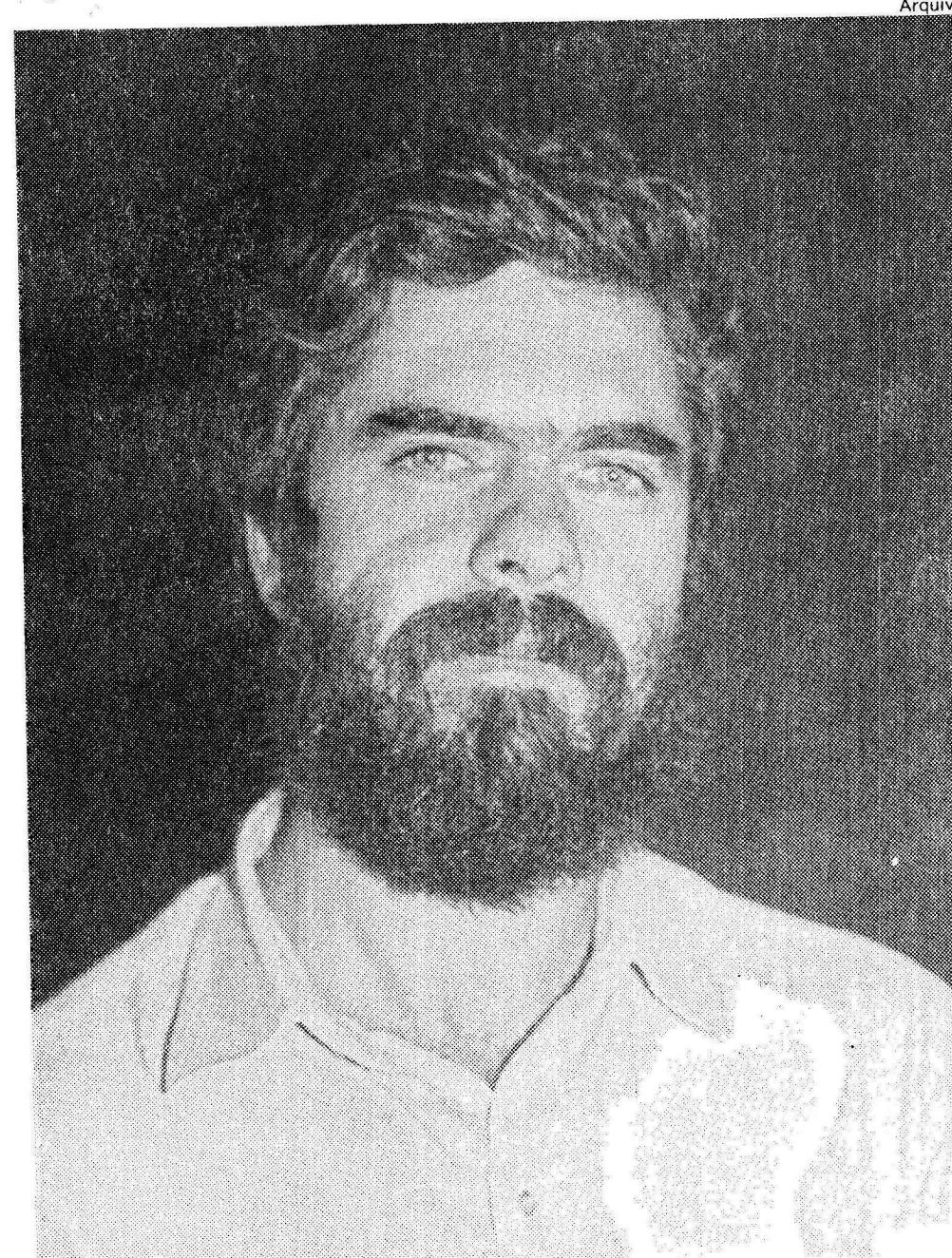
Os Vectras tiveram preço unitário de R\$ 22.955 e os Tempras custaram R\$ 22.200 cada um. Os preços são mais baixos que os de concessionárias, porque a compra foi feita das montadoras.

Mas os gastos do Senado com mordomias não se limitam à compra dos carros novos. O JORNAL DO BRASIL mostrou, no domingo passado, que os parlamentares têm direito a reformar como quiserem os apartamentos funcionais de 250 metros quadrados, que recebem de graça.

Sarney — As obras são pagas pelo Senado, que só em 1995 gastou R\$ 1 milhão em reformas de apartamentos funcionais. Só a reforma da residência oficial do presidente do Senado, José Sarney, custou R\$ 118 mil.

Além das obras, o Senado paga a mobília escolhida pelos senadores para suas casas. As compras são feitas através de uma "licitação chique", da qual só participam as lojas indicadas pelo parlamentar.

Além disso, o Senado paga a conta da manutenção da piscina da residência oficial de Sarney que, no ano passado, consumiu R\$ 5 mil, com um gasto mensal acima de R\$ 400. O preço médio para a conservação de uma piscina residencial em Brasília não ultrapassa R\$ 40 mensais.



Arquivo

Augusto de Carvalho diz que a lei é clara e não permite compra de carro para senador